

Gramáticas racistas em xeque: o caso de um professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)

Racist grammars put in check: the case of a Professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo (IFSP)

Las gramáticas racistas en la mira: el caso de un profesor del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de São Paulo (IFSP)


Recebido em: 19-01-2020

Modificado em: 10-06-2020

Aceito para publicação em: 12-08-2020

86

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v8i1.35434>

Luana Ribeiro da Trindade 

ORCID: 0000-0001-7703-7352

Graduada em Serviço Social pela Faculdade Salesiana de Vitória/ES; Especialista em Educação Inclusiva pelo Instituto de Educação e Cultura Ulysses Boyd; Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo; Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil.

E-mail: luana.rt@hotmail.com

Ana Carolina Costa dos Anjos 

ORCID: 0000-0003-2047-592X

Graduada em Comunicação Social/Jornalismo; Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo e Mestra em Ciências do Ambiente, todos pela Universidade Federal do Tocantins. Atualmente é Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil. Bolsista CNPq. E-mail: carolcdosanjos@gmail.com

Resumo

Este artigo discute a gramática de relações raciais e os racismos a partir do caso de um professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP) que fez um *post* em seu perfil do *Facebook*, o qual foi denunciado por alguns segmentos sociais como racista. Metodologicamente, empreendemos um estudo de caso que foi operacionalizado a partir da averiguação e análise do que foi dito pelo professor, como também as notas emitidas pela instituição, coletivos e movimentos negros, matérias jornalísticas sobre o caso e entrevista com estudantes. Inferimos que a gramática das relações sociais com foco racial está passando por mudanças de representação, por isso, há “choque” entre os sentidos visados (coordenações formais) entre os atores. Analisamos, sob uma perspectiva weberiana, as relações sociais que se estabeleceram e entendemos que as mesmas são balizadas por



probabilidades de ações dentro de um sentido visado pelos atores. Assim, olhamos as ações discursivas dos agentes que proferiram e se justificaram ao perceber a gramática das relações raciais. Para tanto, realizamos uma descrição analítica do caso construindo um aporte teórico, significando e conceituando categorias-chave, como democracia racial.

Palavras-chave: Relações Raciais; Racismos; Estudo de caso.

Introdução

No dia 10 de março de 2018, um docente de Geografia e pesquisador na Diretoria de Humanidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) publicou em seu perfil do *Facebook* um *post* com o título “Horror de Turismo”, no qual afirmou odiar pretos e pardos, e descreveu com ojeriza a forma de sociabilização e alimentação daqueles com quem se deparou em uma viagem turística. Diante da ação de apontar seu descontentamento pessoal na plataforma de mídia digital, outros atores foram sensibilizados e passaram a responder com um novo conjunto de ações. Houve, desde então, denúncias provenientes de discentes do IFSP, de coletivos e movimentos negros de que o conteúdo do *post* era racista, como também fatos e nota de repreensão à ação do Professor, emitidas pela instituição IFSP, que repercutiram em veículos jornalísticos.

Partindo desse evento, tentamos compreender algumas premissas comuns ao diagrama das relações raciais no Brasil. Isto é, perguntamo-nos: o que orienta a ação dos atores sociais (Weber, 2009)? Nesse sentido, levantamos a seguinte questão: como opera a gramática das relações raciais e os racismos a partir do caso do professor em questão?

Analisamos as ações dos atores com lentes da sociologia compreensiva weberiana, que entende as relações sociais como um conjunto de probabilidades de ação, dentro de um sentido que é reconhecido por uma pluralidade de agentes. Ou seja, as relações são balizadas por uma probabilidade de ações dentro de um sentido visado (coordenações formais) que é reconhecido por uma pluralidade de agentes e que são estabilizadas pelo plausível, conforme aponta Weber (2009). O ator que fez o *post* age a partir do lugar de professor, que se autodeclara como homossexual, “cidadão de bem” e trabalhador (recorte de classe). Esses três adjetivos foram autoatribuídos em um segundo *post*, no mesmo dia do aqui destacado para análise, em seu perfil do *Facebook*.

Inferimos, dessa maneira, que sua identidade discursiva é interseccionada por três características nessa relação. Seus movimentos se dão dentro de três ordenamentos sociais

cujos sentidos e conteúdos (formas em que se elaboram as ações) são distintos, embora partam e se ancorem em uma mesma gramática.

Dito isso, nosso objetivo central é discutir a gramática das relações raciais e os racismos a partir do caso da postagem do Professor do IFSP. Para tanto, apresentamos e analisamos os movimentos discursivos dos atores dentro do campo das relações sociais racializadas e localizamos os discursos e contradiscursos do caso (em sua versão midiática) em duas entrevistas. Assim, identificamos as possibilidades e as orientações de ação.

Neste texto, os atores são: o referido professor, cujos discursos foram apreendidos por meio de seus *posts* e de uma nota assinada por ele e enviada ao portal de notícias Revista Fórum; a instituição IFSP, por meio de comunicados oficiais veiculados no próprio site e em jornais; os discentes, com *posts* e entrevistas feitas pelas autoras; e os coletivos de estudantes via *posts*.

Reiteramos que buscamos olhar para as ações e reverberações do caso do professor a partir de “uma embocadura”, “um modelo” de Marx Weber (2009). Por modelo, entendemos que seja um sistema, uma representação, uma forma de apreender e comunicar a compreensão que se tem sobre os assuntos. Assim, a constituição conceitual se dá por meio da colocação de premissas. As premissas, por sua vez, guiam as formulações de pressupostos dos modelos, conforme explicam Behar, Passerino e Bernardi (2007).

Metodologicamente, optamos por realizar um estudo de caso. Em um primeiro momento, reunimos as informações sobre o acontecimento, que foi divulgado em reportagens jornalísticas e na plataforma de mídia digital *Facebook*. Nesse percurso, com o auxílio da nossa rede de amigos, fomos conectadas a dois(duas) estudantes do IFSP, com os(as) quais estabelecemos os primeiros contatos por meio do aplicativo de conversa *WhatsApp*. Esses(as) discentes nos forneceram dados relevantes e, por essa razão, decidimos realizar entrevistas abertas e tomá-las para a análise neste artigo. Com isso, foi possível fazer uma leitura da realidade na qual esses(as) jovens estão inseridos(as).

As duas entrevistas foram realizadas no mês de abril de 2018, gravadas e transcritas na íntegra. O intuito foi problematizar, com base nos relatos, a existência das práticas que racializam pessoas e discussões que apresentam o racismo em instituições públicas de ensino. Por questões éticas, os nomes dos(as) discentes são fictícios e o professor também não será identificado (e recebe a grafia em maiúscula).

As informações foram analisadas com base nos pressupostos teórico-metodológicos foucaultianos. Entendemos que o modelo de análise dos discursos de Michel Foucault (2010) traz a compreensão de que o discurso é uma construção social da qual grupos disputam a

legitimação e a atribuição de veracidade do dito. Dessa maneira, o discurso é um instrumento de organização que “pretende” estruturar um determinado imaginário social.

A análise sociológica é centrada na tríade instituição-discentes-mídias que envolve os ditos pelo Professor e as ações reativas. Desse modo, buscamos contribuir para a compreensão da gramática das relações raciais no Brasil, bem como para as discussões das práticas e das modalidades de racismo que abrangem o ambiente escolar. Embora o caso não ocorra, especificamente, dentro de uma escola, tem reverberações imediatas na instituição de ensino envolvida (IFSP).

Isso posto, estruturamos o texto iniciando-o com os marcos teóricos utilizados. Na sequência, apresentamos e analisamos o caso, fundamentando-nos na base teórica. Por fim, entendemos que, embora nada esteja garantido (e isso vemos diariamente), a gramática das relações raciais no Brasil vem se modificando.

Como e “com quem estamos” olhando para o evento: marcos teóricos

Nessa seção, apresentamos o quadro analítico e o modo como vamos utilizar as teorias. Partimos de alguns “conceitos sociológicos fundamentais” a fim de demonstrar os marcos teóricos que orientam a nossa análise. Desse modo, começamos com Max Weber, seguindo com Michel Foucault e fechamos com uma discussão crítica à perspectiva teórica pautada na Democracia Racial.

Para iniciar, Max Weber (2009:3) explica-nos que a Sociologia é: “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e seus efeitos”. As ações sociais, segundo o autor, são aquelas que, dentro de um campo, oferecem sentido aos atores da ação e esses sentidos devem ser passíveis de interpretação pelos mesmos atores. Assim, um ator, a partir de seu campo de experiência, atua; o grupo (ou outra pessoa) o reconhece e, logo, há reciprocidade referida e o sentido da ação é compartilhado. Então, a ação é adequada à esfera de sociabilidade.

A adequação, nesse caso, deve ser pensada como o que cabe na relação que está em curso naquela ação. Em síntese, existe uma expectativa de “padronização” para cada contexto, ou seja, espera-se que um ator aja de determinada maneira em um determinado contexto.

Ao observar as ações sociais, Weber (2009) propõe uma sistematização dos fenômenos sociais. A explicação do autor parte de uma escolha teórica e empreende uma aposta na construção de um modelo teórico-metodológico específico cuja finalidade é uma explicação causal, isto é, uma Sociologia Compreensiva (ou também chamada de Sociologia

da Dominação). Na Sociologia, a compreensão é parte do “[...] que já foi pressuposto várias vezes como óbvio - conceitos de tipos e procura regras gerais dos acontecimentos” (Weber, 2009:12).

A ação social, para Weber (2009), é causalmente determinada pela relação com outra pessoa (ou instituição). Operacionalizando a teoria, Weber (2009) constrói a “Regra Sociológica” e afirma que essa não é rígida, porém, “Contextual”. Por fim, e não menos importante, o conceito de “Relação Social” é:

Por ‘relação’ social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social *consiste*, portanto, completa e exclusivamente na *probabilidade* de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade (Weber, 2009:16, grifos do autor).

Uma vez apresentados esses conceitos, avançamos para a outra parte do quadro teórico com Michel Foucault (2003; 2008; 2010) e a forma como o filósofo reflete sobre o discurso. Para Foucault, trata-se de poder e “[...] isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se lutar, o poder do qual nós queremos nos apoderar.” (Foucault, 2010: 10).

O autor toma o discurso também como um jogo. Sendo assim, o discurso formador do imaginário social para legitimar-se como tal não pode ferir interesses do *status quo*; para tanto, se vale de estratégias de proliferação – do *verdadeiro*. O discurso, ao ser proferido, se inscreve com *logofilia*¹ e só é feito quando há um campo semântico socialmente construído para que lhe seja atribuída a legitimação. Nas palavras do autor:

As coisas murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se, e esta linguagem, desde seu projeto mais rudimentar, nosalaria já de um ser do qual seria como a nervura. [...] O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. [...] o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se ordem do significante (Foucault, 2010:48-49).

¹ Sentimento produzido socialmente, sobretudo através da educação familiar e social, tornando possível encontrar a plenitude da verdade. Esse sentimento cria a *logofobia*, isto é, medo e angústia causados pelo não reconhecimento do discurso, sabendo que o próprio discurso tem mecanismos de exclusão do que lhe afronta (Foucault, 2010).

Esse jogo de signos ao qual Foucault (2010) se refere pode ser entendido (também) como uma representação linguística, que nada mais é do que um instrumento de reconhecimento social e cultural da realidade.

Em outro texto, quando está refletindo sobre “A Arqueologia do Poder”, Foucault (2008) discorre que o “saber” tem função nas relações de poder. O saber não é um dado *a priori*, mas, sim, fruto de um processo que reúne um conjunto desordenado que se ordena por meio de práticas discursivas, como, por exemplo, o saber psiquiátrico. Esse saber ordenou discursos que comportam posições (sujeitos) e essas posições se relacionam com outras posições e, ao mesmo tempo, também são pré-determinadas. Isso acontece porque seguem um ordenamento tácito do que se pode ter naquela relação, pela hierarquia e dominação (no caso, psiquiatra e paciente). Assim, saberes e práticas discursivas se constroem – com alguma coerência – de forma concomitante.

Dentro da “arqueologia”, no texto “Estratégia, poder-saber”, Foucault (2003) afirma que o discurso possui ordem e normatividade, as quais não se limitam às categorias linguísticas. Assim sendo, afirma que:

O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. *Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento.* Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, *de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições* (Foucault, 2003:255-256, grifos nossos).

Diante da transcrição, vale acrescentar que o modelo teórico de Michel Foucault², a caixa de ferramentas (arqueologia, genealogia e ética), busca encontrar os acontecimentos discursivos que constroem os “efeitos de verdade”, os quais são atravessados pelos “efeitos do poder” (intrínsecos aos discursos).

A concepção do caminho genealógico do poder para Foucault, na obra “Microfísica do Poder”, demanda que se aprofunde não na origem de uma verdade, mas no modo como uma ideia foi construída como verdade, em quais foram os acontecimentos discursivos e as

² Mais informações sobre os acontecimentos discursivos, os “efeitos de verdade” e os “efeitos de poder” nas obras em referência de Michel Foucault (2003; 2008; 2010), listadas no final do artigo. Já sobre o caminho genealógico do poder, ler “Microfísica do poder” (Foucault, 2011).

maneiras como produziram os “efeitos de verdade” (naturalização), isto é, trata-se de apreender o processo. Em síntese, a genealogia³:

[...] seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico (Foucault, 2011:171).

Pelo exposto, é possível inferir que os saberes podem ser utilizados para e na dominação. E é assim que faremos a passagem de Michel Foucault para a discussão sobre a ideia de Democracia Racial.

No Brasil do início do século XX, desenvolve-se o projeto de construção de uma nação, uma “comunidade imaginada”⁴ que projetava a nacionalidade, brasilidade, e, dentre várias ideias e ideais, a pauta da Democracia Racial estava na ordem do dia. Gilberto Freyre, em 1933, publica “Casa Grande & Senzala”, indo na contramão dos argumentos supostamente científicos, difundidos no início do século XX, utilizados para justificar as práticas e atos racistas, conhecido como racismo científico. Nessa perspectiva, apresenta a mestiçagem com uma roupagem diferente, no sentido de afirmar um modo “democrático” das relações. Segundo o autor,

[...] miscigenação que largamente se praticou aqui *corrigiu a distância social* que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de *democratização social no Brasil*. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos (Freyre, 2003:33, grifo nosso).

³ Todo texto nasce em um contexto e respondendo a outros textos. São conceitos que extrapolam o debate interno. Em Foucault, isso não seria diferente. A construção da genealogia vem de uma leitura do filósofo francês da Genealogia da Moral de Friedrich Nietzsche (1884-1900), que concebe que a moral não é algo apriorístico, mas fruto de um conjunto de questões filosóficas de uma época.

⁴ Termo cunhado pelo historiador e cientista político Benedict Anderson. Vale destacar antes de dar o conceito nas palavras do autor que a tradução de sua obra tem uma apresentação da antropóloga Lilia M. Schwarcz. Para Anderson (2008:32), as nações são: “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva de comunhão entre eles.”. Anderson (2008:32) continua, se valendo da citação de Gellner (1964:129), afirmando que: “Ora, a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”, e finaliza dizendo: “o nacionalismo não é o despertar das nações para autoconsciência: ele *inventa* nações onde elas não existem.”.

Diante da citação, vale mencionar que, segundo Schwarcz (2011), a referida obra de Freyre traz a perspectiva do âmbito do privado das pessoas escravizadas que viviam em ambientes domésticos das elites nordestinas para explicar (dessa maneira e com esses recortes) o macro: uma nação.

No limite, a obra de Freyre está inserida em um debate que entende a mestiçagem como algo que traz a falência da nação. Para a antropóloga Lilia Schwarcz (2011), autores como Nina Rodrigues (médico baiano adepto do darwinismo social), Euclides da Cunha (que traz na obra *Os sertões* que mestiço é um forte ao passo que é um desequilibrado e “a mestiçagem extremada, um retrocesso”) e Silvio Romero (escola de direito do Recife, que fala sobre os “mestiços de alma”) traziam o determinismo racial para explicar o país. E nessa esteira, com “ideias fora do lugar” (Schwarz, 2014), no final do século XIX, a “entrada das teorias raciais, (foi) que as desigualdades sociais se transformam em matéria da natureza, quando ocorre uma espécie de ‘naturalização das diferenças’” (Schwarz, 2011:87).

A biologização do conceito de raça se dá, no Brasil, com uma “‘comprovação científica’ da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do liberalismo, tal como exaltado pela nova República de 1889.” (Schwarz, 2011:87). No entanto, era necessária uma positivação do mestiço, posto que a classe média e intelectual era, em sua maioria, mestiça. Assim sendo, houve, durante a introdução das teorias raciais, traduções peculiares, posto que, negava-se a:

[...] noção de que a mestiçagem levava *sempre à degeneração*. Fazendo um casamento entre modelos evolucionistas (que acreditavam que a humanidade passava por etapas diferentes de desenvolvimento) e do darwinismo social (que negavam qualquer futuro na miscigenação racial. (Schwarz, 2011:87, grifo nosso).

A autora acrescenta ainda que:

Como se pode notar, nem tão distante estávamos da representação vitoriosa dos anos trinta, quando o mestiço transformou-se em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura; isto é: no samba, na capoeira, no candomblé e no futebol. Redenção verbal que não se concretiza no cotidiano, a valorização do nacional é sobretudo uma retórica que não tem contrapartida na valorização das populações mestiças que continuam a serem discriminadas. [...] um verdadeiro mito de Estado; sobretudo a partir dos anos trinta quando a propalada idéia (sic) de uma ‘democracia racial’, formulada por Arthur Ramos, mas exemplarmente desenvolvida na obra de Gilberto Freyre, foi exaltada de forma a se menosprezarem as diferenças diante de um cruzamento racial singular. Dessa maneira, comparado ao período anterior, quando miscigenação significava no máximo uma aposta no branqueamento, esse contexto destaca-se na valorização diversa dada a mistura, sobretudo cultural, que repercute em momentos futuros. *Nesse momento, em que o conflito passa para o terreno do ‘não-dito’, fica cada vez mais difícil ver no tema um problema; ao contrário ele se modifica, nos anos trinta, em matéria para exaltação* (Schwarz, 2011:92-93, grifo nosso).

Outro ponto que queremos destacar da leitura que Schwarcz (2011:96-97, grifo da autora) faz de Freyre é o fato de:

O ‘cadinho das raças’ retratada sem apontar termos como superioridade e deixando de até *glamourizar* a violência e o sadismo presentes durante o período escravista. [...] Casa Grande & Senzala representa, assim, uma tentativa de sintetizar o Brasil, sob o signo da ‘diferença’, reconhecida em alguns aspectos: a mestiçagem que de biológica se faz cultural, o caráter plástico da assimilação e a privacidade das relações.

Conforme destaca Trindade (2018:20), Gilberto Freyre (2003) apontou para a construção de relações raciais “harmônicas” formadas por três “raças”, as quais estabelecia padrões de “sociabilidade integradores dentro de um cenário totalmente hierarquizado”

Ao falar da obra de Freyre, Roberto DaMatta (1993:64) afirma que se trata de “um perfeito transplante de ideologias de classificação social, técnicas jurídicas e administrativas de modo a tomar a colônia exatamente igual em estrutura à Metrópole”. Uma lógica de “um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar” que ainda permanece (DaMatta, 1993:64).

Assim, “a recém formada sociedade brasileira apenas observa a miscigenação vivendo harmoniosamente com as diferenças raciais e fecha os olhos para a real desigualdade que ainda era mantida, suavizando, assim, as relações” (Paixão, 2014 *apud* Trindade, 2018:42), fornecendo, dessa maneira, “à elite branca argumentos para se defender e continuar a usufruir dos seus privilégios raciais” (Bento, 2014 *apud* Trindade, 2018:42).

Nesse sentido, Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, ao fazer a análise de um imaginário de uma nação “harmonicamente” formada por três “raças”, com a construção do conceito do “homem cordial”⁵, mesmo preocupado com a incapacidade brasileira de adequar-se à modernidade (plasticidade também encontrada em Freyre), entendia que as relações no Brasil “todo passam pela esfera da intimidade [...] num impressionante descompromisso com a ideia de bem público e numa clara aversão às esferas oficiais de poder” (Schwarcz; Starling, 2015:12).

Entendemos, desse modo, que, no Brasil, o racismo além de se manifestar pelo caráter biológico, no discurso se apresenta pelo racismo cultural (Hall, 2011). Ou seja, as relações

⁵ A expressão “homem cordial” de Ribeiro Couto é discutida por Sérgio Buarque de Holanda tendo que a “cordialidade não significava ‘boas maneiras e civilidade’. Na civilidade, dizia ele, ‘há qualquer coisa de coercitivo [...] é justamente o contrário de polidez. Ela pode iludir na aparência.’ (Holanda, 1936 em Schwarcz, 2011:108). E a antropóloga continua dizendo que: “Na verdade, o famoso historiador estava mais interessado em entender como cordialidade vinha do “coração”, ou melhor, falava das relações pautadas na intimidade e na afetividade e que, portanto, desconheciam o formalismo. Tal qual uma ética de fundo emotivo, no Brasil imperaria ‘o culto sem obrigação e sem rigor, intimista e família” (Schwarcz, 2011:108).

sociais são estruturadas dentro e com os processos racializantes (Azevedo, 1987; Schwarcz, 2015; Skidmore, 2012; Sodré, 1999; 2005).

[...] fora da representação. [pois é] formada [sic] na e *pela simbolização* em um processo de *luta pelo poder social e político*. O conceito de racialização refere-se aos casos em que as relações sociais entre as pessoas foram estruturadas pela significação de características biológicas humanas, de tal modo a definir e construir coletividades sociais diferenciadas (Silvério; Trindad, 2012:910, grifos nossos).

As formas como os racismos se estruturam são decorrentes de uma nova gramática construída por grupos dominantes que de toda maneira buscam impor os seus significados, normas, regras e estabelecer como devem ser as relações. Com isso, intensificam os processos de controle e o silenciamento de experiências.

Embora estivéssemos historicizando a expressão democracia racial, para dar conta de adentrar em um estudo de caso, em uma pesquisa mais recente, Angela Figueiredo (2012), ao discutir a mobilidade profissional de empresários negros na cidade de Salvador (BA), que fazem parte da classe média, aponta para os diferentes olhares aos quais os negros são submetidos quando ocupam espaços considerados tradicionalmente da classe média. Desse modo, quando os negros se destacam na sociedade, possuem um poder aquisitivo mais elevado ou ocupam posições sociais mais elevadas, são vistos como estando “fora do lugar”. De fato, as pessoas estão, a todo o momento, buscando localizar o negro e fixá-lo dentro da sociedade.

Arrematando, após essa breve explanação, é possível inferir que as relações sociais se dão dentro de uma plausibilidade. Os atores sociais, ao proferirem seus discursos, se inscrevem a partir de uma posição social e o conteúdo do discurso busca se averbar como verdade, portanto, como poder. No Brasil do século XXI, ainda lidamos com ideias de que “não existe racismo”, afinal, as relações raciais por aqui são harmônicas e, assim sendo, quando confrontada, essa máxima é reivindicada. Dito isso, vamos ao caso do professor.

Atores e Ações: compreendendo a Gramática de um Professor

O Professor e pesquisador da Diretoria de Humanidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) ministra aulas para estudantes do ensino médio e do curso de licenciatura em Geografia, do IFSP, campus São Paulo. De acordo com

as informações contidas no currículo do Professor na Plataforma Lattes⁶, ele é bacharel em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP); licenciado em Geografia pela Faculdade de Educação da USP; docente convidado pelo Ministério da Educação do Japão, no Curso para Professores Estrangeiros da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Kobe; mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP e doutor pela mesma instituição, na linha de pesquisa Turismo e Lazer.

Esse Professor publicou em seu perfil do *Facebook* um *post* intitulado “Horror de Turismo”, no qual diz:

Odeio pretos e pardos falando muito e comendo de tudo por muito tempo, em bandos, nos hotéis três estrelas de orla de praia! Um café da manhã macabro com tanta algazarra e gulodice. Alguém consegue comer carne de sol logo cedo lotando o prato por 3 vezes? Eles conseguem, todos! Queria ser muito rico e ter o café no meu quarto sempre nu e escutando Mozart (Professor, 2018a, Texto Eletrônico).

Uma análise descritiva dessa primeira ação discursiva do enunciador⁷ pode ser lida como alguém que declara odiar “pretos e pardos”. Ao se inscrever, o faz dentro de uma lógica de diferenciação entre ele e os “outros”, pois, na perspectiva do “não-dito” está posto que ele (o Professor) difere-se dos “pretos e pardos”; isto porque: não fala muito; não come de tudo e por muito tempo; não anda em bando nos hotéis três estrelas de orla de praia e, por fim, seu café da manhã não é “macabro”. Os “outros” fazem algazarra e gulodice, comem carne de sol e lotam os pratos por três vezes, pela manhã. E, justamente por ter de presenciar o que odeia e entende como macabro, gostaria de receber o café em seu quarto “sempre nu e escutando Mozart”.

Os marcos de diferenciação tecidos discursivamente se fazem incorporando também uma perspectiva de classe. Ora, enquanto uns comem “com algazarra e gulodice”, o enunciador-professor é alguém que deveria ser rico e se valer dos marcos distintivos de um estilo de vida que já conhece, como, por exemplo, “ouvir Mozart”. Portanto, se autotransforma não apenas como um enunciador que dá nome e adjetivos aos “outros”, mas também como um humano, um não negro e nem pardo, um indivíduo passível de viver um estilo de vida que não precisa conviver com pessoas que tomam cafés da manhã “macabros”.

⁶ A Plataforma Lattes é um ambiente virtual criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo central é integrar as bases de dados de instituições brasileiras, currículo e grupos de pesquisa. O currículo deve ser preenchido e administrado por cada pesquisador a partir de um *login* com Cadastro de Pessoa Física (CPF) e senha.

⁷ Sujeito-enunciador (Foucault, 2008), a quem pertence o ato de nomear.

Em outras palavras, o dispositivo discursivo autoenunciado é uma ação completamente humana, em contraposição a quem se alimenta da forma acima descrita e, assim, cria diferenciação entre o “eu” humano, não negro e nem pardo, que gostaria de ser rico, ficar nu e escutar um compositor erudito; e os “outros”, negros e pardos, que andam em bandos e possuem o hábito de comer muito, que fazem barulho. Todavia, por não ser rico, marco reivindicado em um segundo momento discursivo, analisado mais adiante, o enunciador descreve que presenciou um “Horror de Turismo”.

Por isso, diante da ação do Professor, houve diferentes reações – conjunto de expectativas de outros agentes: cartas de repúdio e veiculação midiática ‘negativa’. As cartas de repúdio vieram dos agentes/instituições: Coletivo Negro (Quilombo Cabeça de Nego) e Centro Acadêmico de Geografia - CAGEO Estrabão. O Instituto Federal de São Paulo emitiu uma nota oficial da Instituição IFSP (2018) e o pró-reitor de extensão, Wilson de Andrade Matos (em entrevista concedida ao site do G1) (Perroni, 2018). Além disso, observaram-se manifestações vindas da coordenação do curso de Geografia, do público geral do *Facebook* e das mais de 80 matérias publicadas sobre o fato e seus desdobramentos, apontando que a fala do Professor estava em desacordo com a nova gramática dessa relação social.

As reações demonstram ao agente (Professor) que ele está em outro “ordenamento social” (Weber, 2009). Esse ordenamento (dos outros atores) não reconhecem como plausíveis as ações do Professor. Assim, a ação de dizer: “odeio pretos e pardos” poderia ter legitimidade se o ordenamento social fosse racista. Entretanto, devido a um conjunto de fatores como discursos dos movimentos negros, a própria Constituição Federal e diversas Políticas Públicas vêm modificando o regime de representações do diagrama racial no Brasil. Todavia, essas mudanças não foram estruturais. Assim, acompanhamos perdas do pouco que se havia avançado.

O Professor, após a reverberação de seu *post* anteriormente transcrito e descrito analiticamente, apagou o mesmo e fez outro, no mesmo dia, dizendo:

Algumas horas atrás fiz um *post* na minha linha do tempo que muitos interpretam como racista. Não era minha intenção. Mas, vivendo em uma sociedade cliva (sic) étnica e economicamente, uma sociedade na qual os não brancos são sim discriminados, pela própria opressão vivida ao longo da História, que manteve as etnias não europeias alijadas, há também em mim reminiscências de atitudes que podem soar racismo. Eu sou um homem democrático, um cidadão idôneo e nunca em minhas manifestações pretendo parecer, nem de longe, preconceituoso, mesmo porque minha orientação sexual e minha condição como trabalhador seria contraditório eu assumir posturas contra outros grupos oprimidos (Professor, 2018b, Texto Eletrônico).

A segunda ação do Professor é “orientada”, sobretudo, dentro da característica da posição social de um docente, pois o agente quer dizer que se o disse (que odeia aos pretos e pardos) é porque a ordem vigente, na qual fora socializado, assim o era: “há também em mim reminiscências de atitudes que podem soar como racismo”. Portanto, há em si (Professor) uma “herança histórica” que não é somente dele (indivíduo). Tendo em vista que vivemos em um contexto em que as relações sociais são racializadas, um conjunto de ações, como o caso em análise, traz inscrições do discurso da história oficial, isto é, uma crença construída de que o Brasil é um modelo de relações raciais harmoniosas. Isso, porque, ao se explicar justificando-se, afirma ser um “homem democrático” e foi socializado em uma “Democracia Racial”. Ademais, ao perceber as reações à sua ação, não há tanta democracia assim em sua fala (primeiro *post*), por isso a necessidade de reivindicar a herança histórica e sua posição de homem democrático (ou seria cordial?). Por isso, não é racista.

Podemos inferir que o mesmo percebe como plausível sua fala do primeiro *post*, ou seja, há uma ordem legítima dentro da construção do imaginário das relações raciais, uma “cordialidade” e uma convivência harmônica entre as raças, tecendo em esferas públicas e privadas o “racismo à brasileira” (Damatta, 1993), afinal, “nem há racismo no Brasil”.

Retomando a descrição analítica do segundo *post*, outro movimento foi assumir sua orientação não heteronormativa e posição de trabalhador, ou seja, colocar-se como minoria, ao dizer: “mesmo porque minha orientação sexual e minha condição como trabalhador seria contraditório eu assumir posturas contra outros grupos oprimidos”. Ora, reconhecer-se trabalhador e homossexual não faz dele imediatamente um não racista.

A ordem plausível para orientar sua segunda ação discursiva pode ser lida como “sou e estou nos grupos oprimidos, pelo recorte de orientação sexual e como um trabalhador”. Se antes (primeiro *post*) o entendido pelo Professor como plausível era colocar-se em diferenciação aos “outros”, aqueles que têm café da manhã macabro; agora (segundo *post*), é adentrar a um “nós-oprimido” – um adendo é que uma pessoa homossexual pode ter ações racistas, misóginas, gordofóbicas etc., tal como uma mulher branca pode ser racista, sendo essa uma pauta cara ao feminismo negro⁸ e mola propulsora de sua existência, posto que as pautas tácitas do feminismo não negro não nos contemplam. As reações a essa segunda ação (segundo *post*) do Professor foram variadas, como foi possível observar em diversas notas de repúdio.

⁸ Como pode ser observado, por exemplo, nos trabalhos das feministas negras norte-americanas Patricia Hill Collins (2017) e Bell Hooks (2000), que destacam a importância da discussão de raça, gênero e classe.

Depois, ainda no dia 10 de março, o Professor excluiu o seu perfil no *Facebook*. No dia 12 de março, o portal de notícias Revista Fórum publicou uma nota, com pedido de desculpas:

Gostaria de iniciar pedindo perdão a todas e todos ofendidos com meu POST (Horror ao Turismo). Hoje eu venho a público dizer que sim, foi um comentário racista, pois vejo que muitos negros e negras se sentiram atacados. Infelizmente, no momento da postagem, não tive o discernimento ou a dimensão do quanto era lamentável o que escrevia. Aqui, eu assumo meu erro e peço perdão!

Também quero dizer que sei do débito histórico que nós temos com a população negra, por esse motivo eu sou apoiador de diversas políticas públicas de inclusão, como é o caso das cotas raciais.

Por esse motivo, peço desculpas ao IFSP, instituição em que construí uma história de 18 anos como professor, buscando oferecer o melhor de minhas possibilidades.

Mesmo já tendo me retratado, quase que imediatamente, em relação ao POST, me pronuncio mais uma vez com o objetivo de me retratar.

Não quero me justificar, nem me estender. Quero apenas pedir perdão (Professor, 2018c, Texto Eletrônico).

Nessa terceira ação, o agente assume-se racista no trecho: “Hoje eu venho a público dizer que sim, foi um comentário racista, pois vejo que muitos negros e negras se sentiram atacados [...] Aqui, eu assumo meu erro e peço perdão!”. Diante do dito, inferimos que o agente percebeu que sua ação não era plausível perante as expectativas reconhecidas e legitimadas pelos outros sujeitos da relação, por isso, modificou a fala. Entretanto, ao fazê-lo, assume que cometera um “erro” e não um crime, embora o racismo seja crime, conforme a Lei 7.716 (Brasil, 1989).

Nota-se também que o Professor coloca a categoria “negros e negras” como “uma coisa só”, ou seja, agrupa as pessoas racializadas em um único grupo. Nesse movimento, além de fixar a população negra e vir a público, como um homem de bem, solicitar perdão pelo erro cometido, desloca seu discurso dentro de outra lógica vigente, o discurso religioso-cristão, igualmente fundador da nação. Assim, ao cometer um erro, arrepender-se e pede perdão; cabe aos que foram acometidos que o perdoem.

Em suma, a primeira ação do Professor foi colocar-se como um humano diferente de pessoas negras e pardas que comem lotando o prato por três vezes pela manhã, em um café “macabro”; depois, em tom professoral, ensina que jamais seria racista, afinal, é homossexual e trabalhador, um homem democrático, e finaliza sua ação pedindo perdão pelo erro cometido. Na próxima seção, apresentamos as ações de outros sujeitos dessa relação.

Estudantes em movimento e movimento dos estudantes sobre o caso

Ampliando o diagrama das relações, pautamos os outros agentes sociais, no caso, as/os discentes do Centro Acadêmico de Geografia, CAGEO Estrabão, que se manifestaram em uma nota de repúdio, no mesmo dia, em página do *Facebook*. A nota recorre à Lei 7.716, de 1989, que versa sobre a criminalização da discriminação racial. Em seu conteúdo, exigem um posicionamento da direção do campus, destacando que não é a primeira vez que o referido Professor atua dessa maneira:

Frente a isso, exigimos à direção do campus que tome as devidas providências ante a situação de preconceito racial, levando em conta o longo histórico de reclamações por parte dos discentes sobre o mesmo professor por seus posicionamentos, não só racistas como machistas e elitistas, inclusive os motivos pelos quais este deixou de lecionar no curso de Tecnologia em Gestão de Turismo (Centro Acadêmico de Geografia, 2018, Texto Eletrônico).

Pelo exposto, vale mencionar que os representantes discentes tinham relações institucionais com o referido professor. A nota do Centro Acadêmico de Geografia (2018) finaliza falando dos canais de denúncia do IFSP. Para além dessa nota, realizamos entrevistas com alguns discentes, nos dias 9 e 11 de abril de 2018 e, como já mencionado, as fontes serão preservadas. Assim, chamaremos de discente A, o(a) aluno(a) que está no último ano do curso de Geografia do IFSP, e de B um(a) discente ingressante (no momento da entrevista, no segundo ano).

O(a) discente A fez orientação de estágio (aulas de práticas pedagógicas) com o referido Professor, mas depois do ocorrido abandonou a atividade. O discente relata que o Professor também tem posturas racistas e ofensivas dentro da sala de aula:

[...] quer justificar alguns preconceitos que ele mesmo diz e depois fica justificando e tal... ele é muito contraditório nisso, né? [...] É um cara classe média, e sempre diz em sala de aula que quer ser o reitor da faculdade, faz críticas ao reitor [...] (Discente A, 2018, em entrevista).

O(a) discente A disse-nos que acompanha o Professor pelo *Facebook* e afirma que os(as) outros(as) discentes também o acompanham. O docente passa seu contato de *WhatsApp* para todos(as) os(as) discentes e se coloca disponível caso necessitem de algo; mas, quando isso ocorre, é arrogante.

Um questionamento tensiona a análise da relação: se o tipo de ação já vinha acontecendo dentro da instituição, por que apenas houve repercussão depois do ocorrido? Uma inferência que pode ser feita se dá a partir da fala do próprio Professor, justificada pela

lógica da Democracia Racial e/ou, nas palavras do mesmo quando afirma que: “herança histórica não é do indivíduo”. Ou seja, nos dois primeiros momentos discursivos, o Professor faz um *post* e é acusado de racismo; na sequência, diz que não foi racista, que não poderia sê-lo, pois “isso seria contraditório” devido à sua orientação sexual e condição de trabalhador. No caso em análise, o Professor reivindica a identidade homossexual e de trabalhador, mas no primeiro *post*, gostaria de ser rico e não conviver com aqueles que odeia (pretos e pardos) e que promovem um “horror de turismo”. Entretanto, após a repercussão do caso, envia uma nota a um portal de notícias pedindo perdão por ter postado um conteúdo racista.

Em resumo, o Professor não se vê como racista. Isso mostra o quanto o racismo ainda permanece presente no cotidiano de forma naturalizada, velada e, por muitas vezes, explícita, e, por isso, deve ser localizado e denunciado. Ou, nas palavras da professora e antropóloga Lilia Schwarcz (2011:92-93, grifo nosso): “*esse momento, em que o conflito passa para o terreno do ‘não-dito’, fica cada vez mais difícil ver no tema um problema; ao contrário ele se modifica [...]*”. Assim, uma vez publicizado no perfil do *Facebook* e com repercussão em veículos de comunicação e apoio dos demais professores do IFSP, uma hipótese é que os(as) alunos(as) podem ter se sentido respaldados para denunciar o Professor. Entendemos que, diante da possibilidade de legitimação, posto que as reações à ação do Professor, a denúncia (discurso dos(as) discentes) poderia ser feita, inscrevendo-se com logofilia.

Os(as) discentes A e B apontam a importância de um coletivo formado por estudantes negro(as), denominado Quilombo Cabeça de Nego. O coletivo foi criado há aproximadamente dois anos, por alguns(algumas) alunos(as) que:

[...] entraram e percebem que [a] instituição reproduz muito esse racismo [...] criam esse Quilombo como forma de resistência... para que eles possam partilhar essas experiências [...] têm por objetivo formar assim, para uma ciência... falar do continente africano, do genocídio da população negra... (Discente A, 2018, em entrevista).

Vale destacar que o(a) discente A não participa ativamente do coletivo, pois relatou não dispor do tempo necessário; todavia, o(a) discente B começou a participar do grupo após a repercussão da postagem do Professor.

De acordo com o(a) discente B (2018, em entrevista⁹), o coletivo Quilombo Cabeça de Nego ficou “em contato com a mídia, marcando manifestações, elaborando um abaixo-assinado e cobrando posicionamento da instituição em relação ao caso”. Conforme já exposto, houve repercussão nas plataformas de mídias digitais e nos veículos de comunicação. Os(as)

⁹ Entrevista concedida dia 11 de abril de 2018.

professores(as) do IFSP emitiram uma nota de repúdio no dia 14 de março e alguns liberaram os alunos para participarem de um ato organizado pelo coletivo Quilombo. Contudo, conforme a fala do(a) discente B, apenas o curso de Geografia não estava funcionando normalmente no Instituto: “O apoio aos pretos e pretas, mais uma vez, ficou apenas no discurso” (Discente B, 2018, em entrevista). Devido à pouca adesão dos estudantes ao ato e à chuva que caiu no horário, os discentes decidiram continuar com a manifestação dentro da instituição (IFSP), passando pelas salas “chamando outros alunos para que se unissem à luta”. Apenas dois professores juntaram-se ao grupo. O(a) discente B afirma que deu certo, pois:

[...] incomodou e foi expressivo, dando um passo a mais para combater o racismo institucional, pois sabemos que a mancha racista dentro das instituições de ensino é muito grande e este professor foi apenas a ponta do *iceberg*... (Discente B, 2018, em entrevista).

Segundo o(a) discente A, dois professores da área de Sociedade e Cultura organizaram uma mesa com o tema: “A origem das ideias racistas no Brasil e sua representação contemporânea”. O evento, divulgado na página oficial da instituição, ocorreu no dia 27 de março de 2018, no auditório IVO, do IFSP, entre 10 e 20 horas. Compuseram a mesa membros do Coletivo Quilombo Cabeça de Nego e alguns professores de institutos federais. O(a) discente B lamenta o fato de que o evento contou apenas com a participação de discentes do curso de Geografia, mas disse que, “apesar disso, foi um dia muito rico, de resistência e protagonismo do povo preto”, e também acredita que foi um evento positivo que “exaltou a cultura negra” (Discente B, 2018, em entrevista).

Ressaltamos ainda que os discentes também apontam para a necessidade de mais discussão pedagógica sobre a cultura afro-brasileira, a qual já está prevista, desde 2003, na Lei 10.639 (Brasil, 2003), que inclui no currículo oficial o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica.

Os agentes informam que, por ora, as informações que se tem em relação ao Professor é que fora afastado do cargo por 30 dias. De acordo com o(a) discente A (2018, em entrevista): “[...] o reitor na verdade quis dar uma licença doença para o docente, as aulas que ele ministrava já foram distribuídas a outros professores, foi aberto um processo interno contra ele e um processo criminal”. Para o(a) discente B (2018, em entrevista), “o Quilombo, que tem sido espaço de resistência e fortalecimento para o povo preto no IFSP, continua pressionando para que a história não acabe em um afastamento”. Os(as) alunos(as) aguardam os próximos passos e esperam que o caso não fique no esquecimento. Todavia, vale destacar

que até o fechamento do artigo (junho de 2020), não há publicização sobre os trâmites do ocorrido.

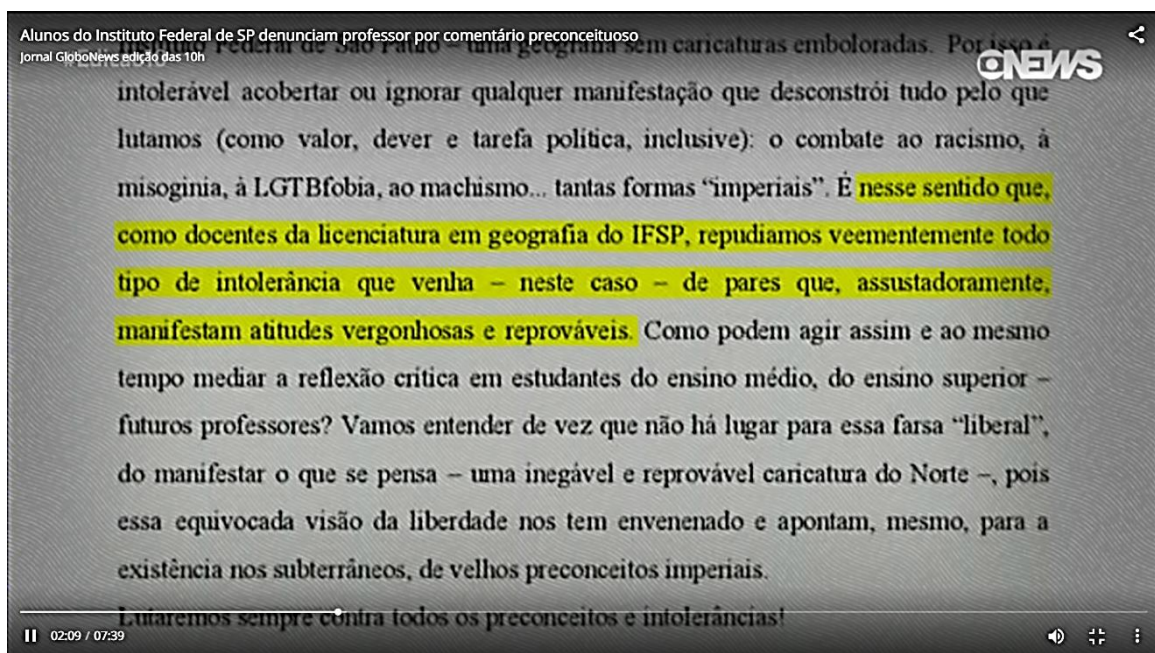
A instituição: quando a gramática do Professor não condiz com a do IF

O terceiro agente dessa relação é a instituição IFSP, que se pronuncia primeiramente em uma reportagem do portal G1 (Perroni, 2018), na qual o então pró-reitor de extensão é entrevistado e informa que a instituição não compactua com o racismo e tomará as medidas cabíveis à administração pública, via setor de ações jurídicas, que irá apurar quando e como o Professor fez as manifestações discriminatórias. Finaliza dizendo que a instituição trabalha com políticas de inclusão e que possui canais de denúncia.

A mesma reportagem traz, entre o 00:01:57 e 00:02:13, um extrato da Carta Aberta dos(as) docentes do curso de licenciatura do IFSP, no qual afirmam repudiar qualquer forma de discriminação.

Figura 01

Carta Aberta dos(as) discentes do curso de licenciatura em Geografia do IFSP



Fonte: Captura de tela do portal G1 (PERRONI, 2018, texto eletrônico). Legenda: Matéria intitulada: “Alunos do Instituto Federal de SP denunciam professor por comentário racista”.

No site institucional do IFSP, no dia 12 de março, uma nota oficial sobre o caso é publicada e se inicia da seguinte maneira:

O IFSP declara que repudia quaisquer formas de preconceito e discriminação dentro ou fora de seus muros, seja por parte de um servidor ou de outro cidadão. A Instituição se compromete com a construção de uma sociedade plural e de múltipla representatividade. Nesse sentido, vale lembrar que o IFSP mantém grupos de debates, abertos à comunidade interna e externa à Instituição, que abordam tais temas em sua agenda. (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, Texto Eletrônico).

A nota segue com o seguinte texto:

Entre esses grupos, citamos o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) e o Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (Nugs).

Além das ações citadas, o IFSP mantém permanentemente essas discussões como parte integrante dos currículos dos seus cursos nas suas 36 unidades e nos espaços de sociabilidade da Instituição.

Especificamente no Câmpus São Paulo, destacam-se os coletivos estudantis Cabeça de Nego e Três Marias, reconhecidos e apoiados pela direção da Instituição. A iniciativa demonstra a autonomia e o protagonismo dos alunos no IFSP no que diz respeito aos debates contemporâneos.

O IFSP apura os acontecimentos desde a última segunda-feira (12), reconhecendo a gravidade dos fatos. Está sendo aberto Procedimento Disciplinar sobre o caso, conforme previsto nas normas que regem a Administração Pública Federal. O servidor em questão foi afastado preventivamente de suas atividades em sala de aula, medida tomada para preservar o ambiente acadêmico, não acarretando prejuízos aos estudantes em suas atividades de ensino-aprendizagem. (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, Texto Eletrônico).

Conforme exposto, os atores sociais, os professores do curso de Geografia e IFSP (enquanto instituição), em nota e carta aberta afirmam repudiar ações intolerantes referentes ao *post* do Professor. Ademais, outros professores da área de Sociedade e Cultura organizaram uma mesa com o tema “A origem das ideias racistas no Brasil e sua representação contemporânea”. Ou seja, os discursos institucionais, de professores e IFSP, em nota oficial no site da instituição e a ação de alguns docentes são de repúdio ao *post* do Professor. Entretanto, enquanto ação administrativa há uma licença-saúde concedida ao referido professor e um processo administrativo sobre o qual não há informações publicizadas até o fechamento deste trabalho.

Destarte, após descrever de forma analítica os atores, suas ações e os sentidos visados, caminhamos para as considerações finais.

Considerações Finais

Com base principalmente na sociologia compreensiva de Weber, propusemos como objetivo deste artigo compreender a gramática de relações raciais e os racismos a partir do caso do Professor do IFSP, que publicou no seu perfil do *Facebook*, no mês de março de 2018, que odiava “pretos e pardos” e descreveu a alimentação dos mesmos, em um café da manhã, como “macabra”. A ação do Professor ilustra um caso empírico que teve repercussão nos veículos midiáticos após um *print* circular pela internet, além das denúncias e notas de repúdio. Esse fato que nos levou a identificar diferentes agentes sociais que compuseram a relação, a saber, discentes da instituição em que o Professor ministrava aulas, a própria instituição, por seus representantes oficiais e veículos de comunicação, suas ações e sentidos.

O Professor acreditava receber apoio após seu *post*? Ou sua expectativa era apenas chamar atenção? A situação descrita ocorre em um hotel e não dentro do IFSP, seu local de trabalho, mas tomou grandes proporções, principalmente dentro desse último espaço. Para dar conta desse aspecto, além da pesquisa nas plataformas de mídias digitais (*Facebook*) e reportagens acerca do caso, entrevistamos dois(duas) discentes que tiveram contato com o docente, os(as) quais nos forneceram uma perspectiva da forma como o enunciador age quanto ao recorte de raça e classe. Isto é, as ações do referido professor, conforme os(as) discentes entrevistados(as), em sala de aula, no IFSP, eram racistas e classistas.

Esses(as) discentes se respaldaram no coletivo Quilombo Cabeça de Nego, criado dentro do IFSP por estudantes negros(as), com importante linha de atuação que visa ao combate ao racismo, muitas vezes, velado, e à garantia de direitos, principalmente de acesso e permanência. Trata-se de um espaço político de (re)construção de identidade, de fortalecimento e de afetividade. Vale ressaltar que a partir da promulgação e implementação da Lei nº 12.711 (Brasil, 2012), mais conhecida como Lei de Cotas, observa-se um aumento significativo de coletivos formados por estudantes negros e negras em diversas instituições de ensino público e privado no Brasil.

A interpretação atribuída à ação do Professor se deu a partir de três manifestações suas: primeiro, o *post*; em seguida, a sua resposta em reação a não aceitação/legitimação do *post*; e, por fim, o seu pedido de desculpas em uma nota enviada para o portal de notícias Revista Fórum. Isso nos leva a inferir que a ação social é sempre criada e recriada a cada momento, e a ideia se relaciona aos motivos, aos sentidos individuais e subjetivos, posto que o docente, a todo momento, percebe como plausível a sua fala, sendo explicitamente racista, justificando o seu racismo ou pedindo desculpas pelo erro (e não pelo crime cometido). Um

pedido de desculpas não exime esse ou quaisquer outros atos racistas de serem responsabilizados criminalmente.

Todavia, duas outras dimensões desse pedido de perdão são importantes para a reflexão, sendo o primeiro a criação da plausibilidade para que o racismo seja entendido (ordem vigente) como um erro e não como o crime que é, atenuando, desse modo, a punição. Outro ponto é que houve uma mudança na gramática das relações raciais, isto é, não parece ser mais plausível dizer o que se pensa e seguir impune, pois os discursos não se legitimam mais da mesma maneira.

Cabe salientar que se torna evidente, a partir da fala do Professor, que a tese da Democracia Racial, ou seja, de que o país é um modelo de relações raciais harmoniosas, sem preconceito racial, constitui-se realmente como um dos mitos que povoa o imaginário da nação e adentra os terrenos do não dito, dito nas entrelinhas, mal-entendidos, dificultando a apreensão dos racismos à brasileira (Damatta, 1993; Schwarcz, 2011).

Mesmo com a crescente discussão sobre o assunto, é possível observar que as práticas racistas estão presentes no contexto diário das relações sociais em diversas ações corriqueiras, seja na maneira de falar, nas atitudes/ações, nas formas de tratamento etc. Por sua vez, nem sempre essas práticas são tão explícitas como no caso aqui relatado, mas ganham novas formas de aplicação e funções, muitas vezes, apresentando-se invisíveis e vedadas, eficientes o suficiente para manter a população afro-diaspórica fora de determinados espaços.

Por fim, a partir desse caso, tivemos o intento de contribuir e fomentar novas discussões, debates e reflexões sobre as relações raciais no Brasil, sobretudo no que diz respeito à visibilidade da população da diáspora africana no Brasil, sua história e cultura, para que a sua identidade seja trabalhada de forma positiva e livre da opressão daqueles que se colocam em posição de superioridade. Acreditamos que as mudanças (não garantidas, colocadas à prova diariamente no atual governo) referentes às cotas raciais, à criação dos coletivos negros universitários e à ação de pessoas não brancas dentro de instituições de ensino superior são positivas para a pluralidade e a convivência com as diferenças, bem como para o reparo histórico em relação à população afrodescendente, aos povos ciganos, aos povos indígenas, à população ribeirinha e à população quilombola.

Referências

- ANDERSON, Benedict (2008), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. 3. Reimp. São Paulo, Companhia das Letras.
- AZEVEDO, Célia Marinho de (1987), *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BEHAR, Patricia, Alejandra; PASSERINO, Liliana; BERNARDI, Maira (2007), “Modelos Pedagógicos para Educação a Distância: pressupostos teóricos para a construção de objetos de aprendizagem”. *Renote*, v. 5, n. 2, s/p.
- BRASIL (1989), Casa Civil. *Lei 7.716, 7.716, de 05 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, 1989 [Consult. 20-04-2020]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm
- BRASIL (2003), Casa Civil. *Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003 [Consult. 20-04-2020]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm
- Brasil (2012), Casa Civil. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências [Consult. 20-04-2020]. Disponível em <https://url.gratis/Zm1MD>
- CENTRO ACADÊMICO DE GEOGRAFIA, *Nota de Repúdio*. São Paulo, 11 mar. 2018. Facebook: CAGEOEstrabao [Consult. 15-04-2020]. Disponível em <https://url.gratis/RQN9Z>
- DAMATTA, Roberto (1993), *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. 4. ed., Rio de Janeiro. Rocco, 1993.
- DISCENTE A. Entrevista 1 [abr. 2018], Entrevistadora Luana Ribeiro Trindade, São Carlos, 2018.
- DISCENTE B. Entrevista 1 [abr. 2018], Entrevistadora Luana Ribeiro Trindade, São Carlos, 2018.
- FIGUEIREDO, Ângela (2012), *Classe média negra: trajetórias e perfis*. Salvador, EDUFBA
- FOUCAULT, Michel (2003), *Estratégia, poder-saber*. Trad. de Vera Lucia Avellar Ribeiro, 2003.
- FOUCAULT, Michel (2008), *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. Ed, 3. Reimp. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (2010), *A ordem do discurso aula inaugural no collège de France*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. Ed. São Paulo, Edições Loyola.
- FOUCAULT, Michel (2011). *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado, 29. Reimp. São Paulo, Graal.
- FREYRE, Gilberto (2003), *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, Global.
- HALL, Stuart (2011), *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Sovik Liv. Tradução Adeliene La guardiã Resende et. al, 1ª Ed. Atualizada, 1ª Reimp. Belo Horizonte, Editora UFMG.

- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (2018), *Nota oficial* [Consult. 15-05-2020]. Disponível em <https://www.ifsp.edu.br/o-que-e-rss/17-ultimas-noticias/463-nota-oficial>
- PERRONI, Adriana. *Alunos do Instituto Federal de SP denunciam professor por comentário racista* [Consult. 15-05-2020]. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/alunos-do-instituto-federal-de-sp-denunciam-professor-por-comentario-racista.ghtml>
- PIERUCCI, Antonio Flavio. *Max Weber. Na Íntegra - Univesp TV* [Consult. 15-05-2020]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wDEVx65oa3s>
- PROFESSOR. *Horror de turismo*. São Paulo, 10 mar. 2018a. Facebook [não está mais disponível].
- PROFESSOR. *Esclarecimentos e desculpas*. São Paulo, 10 mar. 2018b. Facebook [não está mais disponível].
- PROFESSOR. “Professor do IFSP manda resposta à Fórum pedindo perdão por post racista”. *Revista Fórum* [Consult. 15-04-2020]. Disponível em <https://revistaforum.com.br/politica/professor-do-ifsp-manda-resposta-forum-pedindo-perdao-por-post-racista/>.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2011), “Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em *Novo Mundo Nos Trópicos*”. *Philia&Filia*, Porto Alegre, v. 02, n. 2, pp. 85-117.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2015), *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 13. Reimpr. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (2015), *Brasil: uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARZ, Roberto (2014), *As ideias foras do lugar*. São Paulo, Penguin & Cia das Letras.
- SILVÉRIO, Valter Roberto; TRINIDAD, Cristina Teodoro (2012), “Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?”. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, pp. 891-914 [Consult. 05-05-2020]. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/13.pdf>
- SKIDMORE, Thomas Elliot (2012), *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Tradução de Donaldson M. Garschagen; Prefácio Lilian M. Schwarcz. 1. ed., São Paulo, Cia das Letras.
- SODRÉ, Muniz (1999), *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- SODRÉ, Muniz (2005), *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. 3. Ed. Rio de Janeiro, DP&A.
- TRINDADE, Luana Ribeiro da (2018), *Universitários negros: acesso ao saber escolar e o processo de (re)construção da identidade*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PPGCS, CCHN, Vitória. 209 p.
- WEBER, Marx (2009), “Conceitos Sociológicos Fundamentais”, in M. Weber. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

Abstract

This article sought to discuss the grammar of race relations and racism from the case of a professor at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Sao Paulo (IFSP) who posted on his Facebook profile and was denounced as racist by some social segment. Methodologically, we elaborated a case study that analyses what was said by the professor, as well as the notes released by the institution, collectives, and black movements, newspaper articles about the case, and interviews with students. We infer that the grammar of social relations with a racial focus is provoking changes in representation, so there is a “shock” between the senses targeted between the actors. We analyze, through a Weberian perspective, the social relations that are established and we understand that they are marked by probabilities of actions within a targeted sense (formal coordination) by the actors. Thus, we look at the discursive performances of the agents who uttered and justified themselves by understanding the grammar of racial relations. For this purpose, we carried out an analytical description of the case by constructing a theoretical contribution, meaning, and conceptualizing key categories such as racial democracy.

Keywords: Social Relationships; Racisms; Targeted sense.

Resumen

Este artículo busca discutir la gramática de las relaciones raciales y el racismo a partir del caso de un profesor del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de São Paulo (IFSP) que hizo una publicación en su perfil de Facebook y fue denunciado por algunos sectores sociales como racista. Metodológicamente realizamos un estudio de caso que se operacionalizó a partir de la captura y el análisis de lo que dijo el docente, así como las notas emitidas por la institución, los colectivos y movimientos negros, los artículos periodísticos sobre el caso y las entrevistas con los estudiantes. Inferimos que la gramática de las relaciones sociales con un enfoque racial está experimentando cambios en la representación, por ello se da un "choque" entre los sentidos mentados por los actores. Analizamos, desde una perspectiva weberiana, las relaciones sociales que se establecen y entendemos que están guiadas por las probabilidades de acciones dentro de un sentido específico (coordinación formal) por parte de los actores. En concordancia, observamos las actuaciones discursivas de los agentes que se pronunciaron y se justificaron al percibir la gramática de las relaciones raciales. Por ello, realizamos una descripción analítica del caso, construyendo una contribución teórica, significando y conceptualizando categorías clave como democracia racial.

Palabras clave: Relaciones raciales; Racismos; Direcciones de destino.
